

Ignácio rompe silêncio e alega inocência

Ex-governador falou pela primeira vez à imprensa, depois que deixou o cargo

PAULO MARIO MARTINS
E RADANEZI AMORIM

O ex-governador José Ignácio Ferreira (sem partido) resolveu ontem romper o silêncio de cinco meses, desde que deixou o cargo, e se defendeu das denúncias de peculato, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha, feitas contra ele pelo Ministério Público Federal (MPF) ao Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Alegando inocência, Ignácio garantiu que os bens que adquiriu não foram com recursos públicos. "Foram pagamentos feitos com recebimento de quantia que saía do meu recurso pessoal. Os recursos eram meus, foram objetos de recibo, tenho os recibos todos das épocas próprias e declarei no Imposto de Renda dos respectivos exercícios", declarou.

O ex-governador apontou a inexistência de ligação entre os bens adquiridos por ele e o período em que foram transferidos recursos públicos para uma conta na Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos das Escolas



Gildo Loyola

Defesa

O ex-governador José Ignácio Ferreira disse que os bens adquiridos durante o seu mandato 'foram comprados com recursos próprios'

Técnicas e Agrotécnicas Federais (Coopetfes).

Apesar das supostas irregularidades terem sido praticadas em seu Governo com a participação de membros do primeiro escalão, conforme denuncia o MPF, Ignácio negou que tenha sido omissor. "Pelo contrário. Eu, durante o Governo fiz questão de que todas as coisas não ficassem nunca encobertas. Dei exemplo até com minha esposa (ex-secretária Estadual de Trabalho e Ação Social Maria Helena Ruy Fer-

reira). Eu afastei também, cortei na carne porque antes de ser minha esposa era uma funcionária pública".

Quadrilha

Ignácio considerou inconsistente a denúncia de formação de quadrilha feita pelo MPF envolvendo ele próprio, a ex-primeira-dama, o ex-tesoureiro de campanha Raimundo Benedito de Souza Filho, o Bené, e o ex-secretário Estadual de Governo e cunhado de Ignácio, Gentil Ruy.

"Isso aí é um negócio completamente estapafúrdio, sem consistência. Eu respeito o Ministério Público, mas acho que vai chegar um momento em que ele vai ter que colocar a prova em cima da mesa", desafiou.

Mesmo tendo seu dinheiro administrado por Bené, o ex-governador disse que tinha com ele um "relacionamento pequeno". "Durante todo esse tempo se chega muito, chega a meia hora, somado", finalizou.

STJ inicia análise da denúncia

O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Barros Monteiro deve começar a analisar na próxima semana a denúncia do Ministério Público Federal (MPF) contra o ex-governador José Ignácio Ferreira. O MPF acusa Ignácio de crime de peculato, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro.

Além do ex-governador, foram denunciados a mulher dele, Maria Helena Ruy Ferreira, ex-secretária de Estado do Trabalho e Ação Social; o ex-colaborador de campanha eleitoral Raimundo Benedito de Souza Filho, o Bené; e o ex-secretário de Governo Gentil Antônio Ruy, cunhado de Ignácio.

A denúncia, que é assinada pelo subprocurador-geral da República, José Roberto Santoro, foi apresentada na quarta-feira. Santoro alega que Ignácio "desvou recursos públicos em seu proveito e dos denunciados tendo, para tanto, utilizado artifício que

ocultou e dissimulou a origem e a natureza dos recursos desviados".

Esquema

De acordo com o MPF, foi criado um esquema criminoso de desvio de verbas públicas com o objetivo de capturar recursos públicos de forma dissimulada e revertê-los em benefício particular dos altos escalões da administração estadual.

Santoro apontou também a existência de um "caixa 2" na campanha eleitoral de Ignácio, que foi utilizado para ser disponibilizado para ser usado para se satisfazer operações financeiras pessoais, tais como aquisições de bens materiais, pagamentos de despesas, financiamento de campanhas eleitorais, entre outros, em benefício do alto escalão do Governo. O MPF pediu ontem a apreensão judicial dos bens de Ignácio e ainda, que seja declarada a hipoteca legal dos bens imóveis dele, de Maria Helena, de Gentil Ruy e de Bené.



Divulgação

Avaliação

Barros Monteiro será o responsável no STJ pela análise da denúncia contra Ignácio